

Políticas educacionais frente à pandemia deflagrada pela Covid-19 e as consequências aos docentes do Paraná

Educational policies front the pandemic caused by Covid-19 and the consequences for teachers of Paraná

Jani Alves da Silva Moreira
Cindy Mayumi Okamoto Luca
Leandro Miranda Sincero

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá/PR-Brasil

Resumo

Em 2020, foi decretado pandemia em decorrência da circulação de um novo vírus letal. Para evitar a circulação dele, foi necessário o distanciamento social. Assim, este artigo analisa as iniciativas políticas do governo do Paraná em relação à educação básica durante a pandemia e os impactos dessas disposições aos professores atuantes da rede estadual pública. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo. Também foram analisados os gastos do Poder Público com o ensino público do Paraná e algumas resoluções fornecidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Constata-se que o uso de recursos tecnológicos na educação básica por meio de programas está, em grande parte, em consonância com a dinâmica do mercado. Conclui-se que esse fato promove o engessamento, a fiscalização e a intensificação da privatização das práticas docentes.

Palavras-chave: Covid-19; Educação básica; Trabalho docente.

Abstract

In 2020, a pandemic was declared due to the circulation of a new lethal virus. To avoid his circulation, social distancing was necessary. Thus, this article analyzes the political initiatives of the government of Paraná in relation to basic education during the pandemic and the impacts of these provisions on teachers working in the public state network. This is a qualitative bibliographic and documentary research. Public spending on public education in Paraná and some resolutions provided by the Paraná State Department of Education were also analyzed. It appears that the use of technological resources in basic education through programs is largely in line with market dynamics. It is concluded that this fact promotes the immobilization, inspection and intensification of the privatization of teaching practices.

Keywords: Covid-19; Basic education; Teaching work.

1. Introdução

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: "fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes". Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (SADER, 2008, p. 15).

O fragmento apresentado é extremamente significativo e promove algumas reflexões no tocante à finalidade da educação e aos impactos dela à sociedade, sobretudo, à classe trabalhadora. No ideário capitalista, em concomitância com a globalização e as organizações política e econômica do mundo, as quais são pautadas, sobretudo, no neoliberalismo, a educação se tornou foco da classe dominante, que a compreende como um meio profícuo de propagar o discurso hegemônico, a fim de garantir a influência sobre as massas.

Dessa maneira, as sequelas que a educação pública recebe são intensas. Isso acontece em detrimento da influência da concepção neoliberal, que propala que a escola pública é resultado da ineficiência do Estado em gerir de modo eficaz e com qualidade aquilo que é de bem comum. Nesse ínterim, a classe dominante, propagadora dos ideários neoliberais, defende que a educação pública deve ser reformulada em consonância com o mercado e precisa permanecer sob o domínio da iniciativa privada, cabendo ao Estado apenas intervir minimamente, com o intuito de complementar o mercado.

No Brasil, a mudança do papel do Estado sob os auspícios do neoliberalismo ocorreu mediante a execução do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, em 1996, que promoveu uma "proposta de administração pública gerencial e eficiente, voltada para o controle dos resultados; para a qualidade do serviço público; para as reformas administrativas e previdenciárias" (ALBA, 2019, p. 29). Em concomitância, face à mundialização do capital, o país intensificou a relação de cooperação internacional com os Organismos Internacionais. Além disso, foi expandida a influência da iniciativa privada e dos aparelhos privados de hegemonia (APHe) dos grupos econômicos na educação pública, que passou a incorporar os ideais gerencialistas e se voltou às necessidades do mercado e mundo corporativo. Leher

(2021, p. 13) explica que os APHe, “direta ou indiretamente, buscam influenciar os governos para que se engajem na educação em conformidade com os seus objetivos de classe”.

Atualmente, faz-se presente uma fase de universalização das relações capitalistas, caracterizada pela busca da extração máxima de mais-valia, o que é expresso na precarização das relações trabalhistas, no pauperismo, na objetificação e no aniquilamento das relações sociais. Nesse contexto, torna-se finalidade da educação, sobretudo, rentabilizar, ou seja, servir de aporte teórico e ideológico para a expansão do sistema capitalista de produção.

Um fenômeno típico do capitalismo contemporâneo é o chamado capitalismo de vigilância¹, era do capital informacional-digital ou Indústria 4.0, no qual impera a plataformização do trabalho e, embora não seja uma novidade no campo educacional privado, tem conquistado espaço na educação pública. Em 2020, houve a instauração do estado de calamidade pública diante da pandemia deflagrada pela Covid-19, que impôs o distanciamento social em todo o mundo. No Brasil, como forma de dar continuidade à oferta da educação pública, muitos estados recorreram às plataformas digitais, incluindo o Paraná.

Diante da problemática imposta, este artigo resulta de uma investigação que buscou responder às seguintes questões: quais foram as iniciativas tomadas pelo governo do estado do Paraná em relação à educação básica, em 2020, durante a pandemia ocasionada pela Covid-19? Quais foram os impactos dessas iniciativas aos professores enquanto classe trabalhadora? O caráter desta pesquisa é bibliográfico, que tem, como característica, basear-se em materiais e estudos já desenvolvidos, sobretudo, livros e artigos científicos (GIL, 2002). Neste estudo, em especial, calcamo-nos, especialmente, nos estudos feitos por Antunes (2018, 2020a, 2020b) e Gentili (1996), para desenvolvermos uma análise qualitativa voltada às condições a que a classe trabalhadora se depara no cenário atual. Este estudo também se caracteriza como documental, uma vez que são delimitados documentos para que possam ser explorados (GIL, 2002), como os gastos do Poder Público com o ensino no Paraná, e as resoluções e as orientações fornecidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), incluindo a Resolução nº 1.522/2020 da GS/SEED, que trata do ensino em período pandêmico. Esse percurso é importante e realizado neste estudo, dado que “os textos da política dão margem a interpretações e reinterpretções, gerando, como consequência, atribuição de significados e de sentidos diversos a um mesmo termo” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 431). Especificamente neste trabalho, a finalidade é investigar os impactos

que as resoluções elaboradas pela SEED em período pandêmico proporcionaram aos docentes da rede estadual pública.

Nesse sentido, primeiramente, estabelecemos um parâmetro de relação entre o neoliberalismo, a mercantilização da educação e a nova era da Indústria 4.0. Em seguida, analisamos as principais ações e os programas promovidos pela Secretaria de Estado da Educação no Paraná (SEED) no âmbito da educação paranaense diante da pandemia ocasionada pela Covid-19, a qual impôs o distanciamento social, com o intuito de tecer reflexões voltadas aos impactos direcionados à classe docente a partir da plataformização do trabalho. Nessa seara, destacam-se a oferta de aulas pela televisão, mediante o programa “Aula Paraná”, a disponibilização gratuita e o acesso às aulas pelo celular, a realização de aulas por videoconferência a partir do aplicativo “Meet”, da Google e, mais recentemente, o incentivo ao uso de outros produtos da Google, como o “Jamboard”, a criação da plataforma “Redação Paraná” e a utilização do “Power BI” para realizar a aferição do desempenho das escolas e fazer o controle da frequência dos docentes da rede estadual de ensino.

2. Neoliberalismo, mercantilização da educação e Indústria 4.0

Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema *parasitário*. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência (BAUMAN, 2010, p. 8-9, grifo do autor).

De acordo com Mészáros (2002), o metabolismo social do capital é mantido pelo seguinte tripé: capital, trabalho assalariado e Estado. Tanto a afirmação de Bauman (2010) quanto a de Mészáros (2002) justificam o motivo pelo qual o sistema capitalista é tão difícil de ser superado, tendo em vista que o caráter dele é expansionista e busca cada vez mais a extração de mais-valor (ANTUNES, 2020a).

Também é válido reforçar que, nesse sistema, a produção de bens busca única e exclusivamente a obtenção de valores de troca, com o objetivo de obter lucro, e não produzir valores de uso (ANTUNES, 2020a). Nesse contexto, a força de trabalho, a qual é a responsável por atribuir valor, também é mercantilizada e tem um valor que é cada vez mais reduzido.

Segundo Antunes (2018, p. 31), isso acontece, visto que:

[...] o sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a dialética espetacular do trabalho, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender.

Mediante o caráter expansionista do sistema capitalista, são predominantes a promoção e a reprodução do capital, que sempre buscou “parasitar” em ambientes que permitissem a exploração da força de trabalho. É em um contexto de mundialização do capital, conceituado por Mézáros (2003, p. 10) como “nova fase do imperialismo hegemônico global”, que o capital passa a ter liberdade para se desenvolver totalmente e, por conseguinte, expressar os interesses da classe que o instaurou.

Desse modo, a partir da consolidação da hegemonia do capital, o trabalhador é separado dos meios de produção, para que possa produzir a única mercadoria conveniente ao capitalista: a força de trabalho, a fim de receber um salário. A classe trabalhadora, portanto, passa a ser cada vez mais explorada, uma vez que os meios de produção são detidos pela classe dominante, que, no contexto atual, é constituída pelos empresários.

Lançando o nosso foco à educação, é extremamente manifesta a atuação de grupos empresariais, seja no delineamento de políticas, seja na construção de currículos e na disputa de fundos públicos. Isso se deve, em especial, à conjuntura neoliberal que cerceia o país, a qual sustenta que “o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer” (MORAES, 2001, p. 35).

É válido explicarmos que o neoliberalismo pode ser considerado uma nova reconfiguração do liberalismo clássico adotado por governos neoconservadores a partir da metade da década de 1970 e que foi difundido pelas organizações incluídas no acordo de Bretton Woods, como o Banco Mundial (BM). No Brasil, o caráter neoliberal se deu sobretudo na década de 1990, mediante as recomendações feitas pelo BM aos países periféricos em relação ao papel do Estado, que deveria ser modificado. A concretização dessa mudança no Brasil aconteceu a partir da formulação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado por Bresser Pereira, em 1995.

Face às medidas tomadas, é evidente que “pretende-se repassar a responsabilidade que é do Estado para a sociedade, tornando a escola aporte para as ideologias e necessidades

do mercado” (BRANCO *et al.*, 2018, p. 23). Assim, a escola é vinculada aos ideais do mercado e a educação, conseqüentemente, torna-se uma mercadoria. O mercado é sustentado pelo caráter neoliberal, que promove as novas formas de organização do trabalho e da empresa, com o intuito de suscitar “autonomia; gestão e contratação flexíveis; ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho; vínculo estrito entre salário e desempenho; individualização das remunerações; percursos profissionais não padronizados” (MORAES, 2001, p. 41).

Antunes (2020b, p. 13) sustenta que essas mudanças foram:

[...] contra a rigidez taylorista e fordista vigente nas fábricas da “era do automóvel” durante o longo século XX, nas últimas décadas, as empresas “liofilizadas e flexíveis”, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob comando dos capitais, em particular o financeiro, vêm impondo sua trípole destrutiva sobre o trabalho.

A perspectiva apresentada será ainda mais intensificada a partir do predomínio da Indústria 4.0, uma noção que adveio da Alemanha, em 2011, com o objetivo de provocar um “profundo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo), estruturado a partir das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que se desenvolvem de modo célere” (ANTUNES, 2020b, p. 16).

A expansão da Indústria 4.0, sob a ótica de Antunes (2020b), proporcionará diversas consequências ao mundo do trabalho, como a expansão do trabalho morto em detrimento da Internet das Coisas (IoT), da Inteligência Artificial (IA) e do *Big Data*. Desse modo, novos trabalhos serão estabelecidos, mas esse fato ampliará as desigualdades que já são cruciais, visto que “sobreviverão” apenas aqueles que são mais “capacitados” e “aptos”, segundo a ótica do mercado (ANTUNES, 2020b).

3. A pandemia deflagrada pela Covid-19 e as iniciativas de oferta da educação básica pública na rede estadual de ensino em 2020

Em dezembro de 2019, foi detectado um novo vírus, a Covid-19, que teve início na China. No entanto, em 2020, logo se espalhou para diversos países, incluindo o Brasil. Sabia-se que o vírus era transmitido pela via aérea e ocasionava uma grande infecção pulmonar. Contudo, com o passar do tempo, constatou-se que ele também era letal (ALVES, 2020).

Assim, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia, a qual exigiu o isolamento social (CORONAVÍRUS..., 2020).

Com o intuito de continuar a oferta de aulas, muitos estados do país, incluindo o Paraná, passaram a traçar estratégias de oferta de forma remota. No estado do Paraná, a secretaria responsável pelo delineamento da educação básica e profissional é a Secretaria de Estado da Educação (SEED). Segundo dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), havia 551.106 estudantes matriculados no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e 311.613 estudantes matriculados no Ensino Médio nas escolas urbanas e rurais da rede estadual paranaense de educação em 2020 (PARANÁ, [2022]).

Durante a gestão do governador Carlos Roberto Massa Júnior, que teve início em 2019 e permanece até a atualidade, Renato Feder está à frente da Pasta da Educação e a comanda para mais de “1,07 milhão de alunos e gerencia cerca de 90 mil servidores” (QUEM..., [2022], on-line). Além disso, foi durante a gestão de Feder que o Paraná lançou, no dia 20 de março de 2020, a Resolução nº 1.522/2020 – GS/SEED, diante da pandemia ocasionada por um novo vírus, a Covid-19, que exigiu o distanciamento social em todo o mundo.

Tendo por base legal o Decreto nº 4230, de 16 de março de 2020, a Resolução nº 1.522/2020 – GS/SEED trata da docência em período pandêmico e estabeleceu o ensino remotoⁱⁱ no estado do Paraná em virtude da impossibilidade de manter a oferta das aulas presenciais nos estabelecimentos de ensino. Portanto, exigiu o fechamento imediato das escolas, levando-se em consideração as recomendações da Organização Mundial da Saúde (ONU), as quais se deram em decorrência da alta transmissibilidade do vírus e da ameaça dele à vida de estudantes, professores e demais profissionais da educação.

Como ação inicial, o governador do Paraná adiantou o recesso escolar previsto para ocorrer no mês de julho e, devido ao avanço do quadro pandêmico, deparou-se com a necessidade de organizar um sistema que propiciasse a oferta da escolarização aos estudantes de forma que não fosse presencial. Essa ação foi outorgada em caráter excepcional pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, por intermédio da Deliberação 01/2020, Processo nº 32/2020.

Desse modo, a SEED viabilizou a oferta do ensino remoto aos alunos da rede estadual por meio de ferramentas tecnológicas. Dentre elas, destacam-se o aplicativo “Aula Paraná” e

Políticas educacionais frente à pandemia deflagrada pela Covid-19 e as consequências aos docentes do Paraná

as ferramentas “Google Classroom” e “Google Meet”. Além desses instrumentos, houve a inserção e a criação de programas específicos, a fim de mensurar, dimensionar e quantizar as práticas de docentes e discentes, assim como foram o “Presença Aula Paraná”, o “Power Bi” e a plataforma “Redação Paraná”.

Cabe destacar que não é recente o incentivo ao uso de tecnologias na educação básica paranaense. Em 1997, a SEED formulou o Programa Nacional de Informática na Educação por meio do Plano Estadual de Informática na Escola (PEIE), cujo objetivo era propiciar o uso de tecnologias nas escolas pertencentes à rede. Desde então, houve a elaboração de outros programas e a reestruturação da própria SEED para incentivar, viabilizar e implementar diversas ferramentas tecnológicas na educação básica.

Ademais, vários programas foram e estão sendo implementados em parceria com o setor privado, o que retrata o modelo da nova gestão educacional que está em curso no Paraná e no país. Isso, tendo em vista que as políticas neoliberais impulsionam a realização da gestão educacional a partir da visão empresarial e do mercado:

Neste contexto, tal relação ganha novos contornos, não apenas passando para o setor lucrativo, mas também para o público não-estatal a execução das políticas, ou ainda mudando a lógica de gestão do público, tendo como parâmetro o privado, por julgá-lo padrão de eficiência e produtividade, com profundas consequências para a construção da gestão democrática da educação (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 763).

É notável que o modelo adotado pelo estado do Paraná gera grandes rebatimentos para a educação básica pública, ao incluir a prevalência dos índices quantitativos em detrimento dos qualitativos e ao instituir um modelo gerencialista na gestão das escolas públicas, isto é, que tem foco na “elevação dos índices de avaliações externas que aferem qualidade à educação, sem modificar as condições de trabalho dos profissionais da educação e de ensino e aprendizagem no interior das escolas” (MENDES; HORN; REZENDE, 2020, p. 3).

Paralelamente, os profissionais da educação sofrem grandes desgastes físicos e psicológicos devido às pressões estabelecidas pelo novo modelo. Segundo estudos realizados por Albuquerque *et al.* (2018)ⁱⁱⁱ e Tostes *et al.* (2018)^{iv}, foram detectados grandes índices de adoecimento mental nos professores, principalmente naqueles que atuam em turmas numerosas e têm uma carga horária semanal elevada. No entanto, as reações, tanto do governo anterior quanto do atual, às manifestações feitas pelos docentes por melhores

condições de trabalho se pautaram na violência e em medidas punitivas, cancelando as progressões e realizando descontos na folha de pagamento em consequência do período em greve.

Antunes (2020b) assevera que a expansão do trabalho digital precariza as relações de trabalho, que são marcadas especialmente pela flexibilização e pela informalidade. Esse novo tipo de trabalho burla as legislações trabalhistas vigentes e extingue os direitos trabalhistas conquistados em busca da obtenção da maior eficiência, eficácia e produtividade. Entretanto, o modelo adotado pela Indústria 4.0 chegou à educação paranaense e trouxe diversas consequências para o funcionalismo público. É sobre esse assunto que o tópico a seguir se propõe a discutir.

3.1 O ensino remoto na rede pública paranaense: Inteligência Artificial (IA), precarização do trabalho docente e abertura à iniciativa privada

A implantação do ensino remoto, com o intuito de garantir a continuidade da oferta da educação pelo estado do Paraná, demandou a criação de ferramentas e de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) específicas para a execução. Segundo a SEED, o “Aula Paraná” oferta aulas não presenciais via TV aberta por intermédio de três canais, além de possibilitar a realização de aulas virtuais pelo “Google Classroom” e “Google Meet”, alcançando 1,07 milhão de estudantes e cerca de 90 mil profissionais da educação. O programa obteve mais de 1 milhão de downloads (ESTADO..., 2020).

É perceptível que o programa obtém amplo alcance. No entanto, em setembro de 2020, a SEED divulgou que cerca de 90 mil alunos da rede estadual, ou seja, 9,75% de 1 milhão de estudantes, corriam o risco de evasão escolar durante a pandemia, tendo em vista que apresentavam um atraso de mais de 20 dias em relação à entrega de atividades (CERCA..., 2020). Isso demonstra a dificuldade do programa em atingir todos os discentes da rede, visto que, embora seja disponibilizado o acesso gratuito àqueles que não têm acesso à Internet, há de se considerar que o estado do Paraná não tem 100% de cobertura de sinal. Para atender à demanda, foi investido um total de:

R\$ 10 milhões para toda a estrutura necessária, como produção e edição das aulas gravadas, transmissão em três canais na TV aberta, aplicativo para smartphone e parceria com as quatro maiores operadoras de telefonia para acesso gratuito do aplicativo via 3G e 4G (INVESTIMENTOS..., 2021, on-line).

Políticas educacionais frente à pandemia deflagrada pela Covid-19 e as consequências aos docentes do Paraná

Em 2021, a SEED constituiu contratos de cerca de três milhões de reais para a manutenção do “Aula Paraná” (INVESTIMENTOS..., 2021). Diante disso, é notável a realização de um alto investimento em um sistema de ensino que apresentou muitas fragilidades e contrariedades por parte dos professores em decorrência do excesso de trabalho e do engessamento da prática docente.

O fato apresentado é confirmado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), o qual, desde então, emitiu notas de repúdio às ações do governo do Paraná, notícias^v e ações na justiça para reverter as medidas adotadas sem a participação da categoria. Uma delas é a implantação o ensino remoto e, posteriormente, do ensino híbrido.

No que diz respeito ao controle da frequência do professor, a SEED realizou uma parceria com a empresa multinacional Google e, assim como estabelecia o Artigo 21 da Resolução SEED nº 1.016, de 03 de abril de 2020, a frequência seria aferida “mediante login no aplicativo ‘Aula Paraná’ e interação no Google Classroom, conforme disposição das aulas que possui nas turmas presenciais da instituição de ensino” (SEED, 2020, on-line).

Por conseguinte, as TDICs também passaram a ser instrumentos de vigilância do trabalho docente. Esse processo é impulsionado pela “expansão informacional-digital e sob o comando dos capitais, em particular o financeiro [que] vem impondo sua trípode destrutiva sobre o trabalho” (ANTUNES, 2020b, p. 13). Certamente, o trabalho do professor, mesmo presencialmente, sempre foi monitorado. Contudo, cabe-nos ressaltar que, diante do contexto neoliberal vigente e da plataformização do ensino, esse controle gera consequências cada vez mais severas.

De acordo com a ótica neoliberal, o ensino público enfrenta uma crise de eficiência, que perpassa pela defesa de que há uma incapacidade administrativa do papel do Estado. Com o intuito de solucionar essa ingerência, a proposta neoliberal assentada nas premissas do projeto político transnacional da classe capitalista manteve continuidade, com rupturas desde o Consenso de Washington, e tem desenvolvido estratégias políticas configuradas no paradigma de desenvolvimento econômico com equidade social (PUELLO-SOCARRÁS, 2021).

Sabe-se que muitas são as consequências das estratégias neoliberais na carreira profissional dos servidores públicos. No contexto neoliberal e diante da imposição do trabalho digital, os docentes se veem cada vez mais cobrados a se reinventar e são cada vez

mais penalizados individualmente por circunstâncias que deveriam ser analisadas sob um viés macro.

Por exemplo, se a frequência do docente leva em consideração a interação dele com os discentes via Google Classroom, caso haja um grande índice de ausência dos alunos, a culpa recai no professor, que é fracassado e não buscou se reinventar e estar de acordo com o que a nova realidade exige. Não é analisada a circunstância que permeia o estado e o país, como a falta de acesso à Internet, o que só aumentou as desigualdades que já existiam.

Esse fenômeno é chamado de reconversão e alargamento do trabalho docente, elementos identificados e problematizados por Evangelista (2007) desde antes da pandemia. Eles se expressam mediante a culpabilização e a responsabilização docente pelas mazelas presentes na educação. Além disso, suscitam dois elementos: a performatividade e o aumento da privatização da prática docente. A performatividade constitui o valor que um sujeito ou uma instituição carrega em uma conjuntura específica:

A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que se serve de críticas, comparações e exposições como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos (de sujeitos individuais ou organizações) servem como medidas de produtividade e rendimento, ou mostras de “qualidade” ou ainda “momentos” de promoção ou inspeção. Significam, englobam e representam a validade, a qualidade ou valor de um indivíduo ou organização dentro de um determinado âmbito de julgamento/ avaliação (BALL, 2002, p. 4).

Desse modo, a performatividade representa um meio que o neoliberalismo utiliza, a fim de aferir um “status” ao sujeito, que pode ser um “vencedor” ou um “perdedor”. Isso promove ainda mais a competição, que é crucial para a sobrevivência do mercado e, sobretudo, do sistema capitalista. Já a privatização da prática docente acontece em decorrência dessa exigência, visto que muitos professores buscam consumir conteúdos e estratégias que advêm de instituições privadas para que não sejam penalizados.

Um exemplo é a plataforma “Nova Escola”, antiga “Revista Nova Escola”, a qual, hoje, é mantida pela Fundação Lemann, uma organização familiar presidida pelo empresário Jorge Paulo Lemann, que tem uma “fortuna estimada, segundo a Forbes, em R\$ 104,71 bilhões, em 2019” (GONÇALVES, 2020, on-line). A plataforma Nova Escola é a “marca mais reconhecida por professores de Educação Básica no Brasil” (CONHEÇA..., [2022], on-line) e sustenta que o objetivo dela é o de “fortalecer educadores para transformar a Educação pública brasileira e

possibilitar que os alunos desenvolvam o máximo do seu potencial” (CONHEÇA..., [2022], on-line).

Para tanto, a plataforma Nova Escola veicula reportagens, apresenta diversos planos de aulas prontos e oferece a possibilidade de os professores comprarem boxes que carregam a transposição de conteúdos aliados à BNCC e ao ensino remoto. Assim, a prática docente e, conseqüentemente, a educação pública, são cada vez mais privatizadas. Esse fato representa a privatização na educação, que corresponde à “tomada de controle sobre a educação por parte das empresas que não envolvem propriedade” (RIKOWSKI, 2017, p. 400).

Na era da Indústria 4.0, composta por um “mundo onde os sistemas físicos e virtuais de fabricação cooperam de forma global e flexível”, com o intuito de possibilitar a “personalização de produtos e criação de novos modelos operacionais” (SCHWAB, 2016, p. 19), o Paraná lançou outros programas, tais como o “Redação Paraná”. Trata-se de “uma plataforma de produção textual que trabalha de forma integrada com o professor. A inteligência artificial corrige a estrutura da língua – Gramática e o professor fica responsável em corrigir a parte discursiva e subjetiva da redação elaborada pelo aluno” (REDAÇÃO..., [2022], on-line).

No Paraná, houve uma orientação para que os professores da rede pública do estado utilizassem a plataforma “Redação Paraná” sob a defesa de que a plataforma proporcionaria maior agilidade à visualização da “evolução das produções textuais dos alunos” (REDAÇÃO..., [2022], on-line). Esse argumento expressa a fluidez e a dinamicidade do mundo digital e da Indústria 4.0. São vários os questionamentos realizados pelos docentes de Língua Portuguesa em relação à plataforma, destacando-se a ineficiência vinculada à correção automática da ortografia, da concordância e da acentuação, além do fato de a plataforma não adequar nenhum gênero textual que exija paragrafação ou que contenha um texto multissemiótico.

O que se percebe é a tentativa de automatizar o trabalho do professor de Língua Portuguesa. Essa simplificação do trabalho docente “significa que os algoritmos são mais capazes de substituir os seres humanos” por meio de “tarefas distintas e bem definidas”, as quais “levam a um melhor acompanhamento e alta qualidade de dados relacionados à tarefa, criando, assim, uma base melhor para a inserção de algoritmos que farão o trabalho” (SCHWAB, 2016, p. 48).

No início do ano letivo de 2021, o governo anunciou o retorno às aulas presenciais em formato híbrido. Desse modo, fez um investimento de R\$ 5,9 milhões em equipamentos de prevenção à Covid-19 (VOLTA..., 2021). Todavia, cabe destacar que, em fevereiro de 2021, o país apresentou o segundo maior número de mortes em toda a pandemia. O colapso do sistema de saúde se instaurava no país, especialmente no Amazonas, com mortes que ocorriam devido à falta de estrutura física e de oxigênio (PINHEIRO, 2021).

Em consequência disso, o retorno presencial não ocorreu no período previsto. No entanto, foi considerado, em maio de 2021, que ele viria a acontecer no início do segundo trimestre, tendo em vista que os professores começaram a ser vacinados com a primeira dose da vacina (BRODBECK, 2021). Entretanto, apenas a primeira dose não proporciona a proteção necessária contra o vírus. Assim, o ensino ocorreria de modo híbrido, por intermédio do revezamento de alunos: em uma semana, determinada quantidade de discentes de uma turma frequentava as aulas presencialmente, enquanto a outra participava on-line, por meio das aulas oferecidas por videoconferência via aplicativo Google Meet.

Nesse período, as presenças dos professores foram quantizadas mediante a obrigatoriedade da realização de aulas por videoconferência, via aplicativo Google Meet, as quais deveriam acontecer em consonância com os horários das aulas semanais previstas pela instituição e que migrariam para o programa “Presença Paraná”. Contudo, o sistema se mostrou ineficaz, visto que os professores questionavam as faltas recebidas pelo sistema, o qual exigia a abertura da câmera e contabilizava o tempo de realização da aula por videoconferência.

Esse movimento é próprio do capital financeiro, que substitui as atividades manuais por “ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (NOGUEIRA, 2020, p. 384). Nesse sentido, os docentes se deparam cada vez mais com a expansão do trabalho morto na esfera pública. A prática pedagógica do profissional é dominada e conduzida pelo maquinário digital em detrimento do trabalho vivo. Isso não significa o fim do trabalho vivo, mas a redução dele.

Além do mais, a contratação dos serviços da Google expressa o movimento de valorização das corporações globais que realizam a extração de dados, com o intuito de otimizar os processos produtivos, controlar os trabalhadores e oferecer artifícios para a criação de novos itens e serviços, por exemplo (SRNICEK, 2016). Mediante o trabalho remoto,

o celular se tornou a principal ferramenta de comunicação entre os sujeitos partícipes do processo educacional. Não é raro presenciar o atendimento de pais, alunos e diretores fora do horário previsto no contrato de trabalho.

É necessário acentuar que esse vilipêndio em relação ao trabalho não é uma possível 'remissão ao futuro' porque, no presente, a monumental expansão do trabalho digital, online, vem demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele, uma vez que vem apresentando, como resultado perverso, o advento daquilo que denominados de escravidão digital (ANTUNES, 2020b, p. 18).

Por fim, merece atenção especial a flexibilidade que o trabalho remoto propiciou aos professores, a qual se dá em benefício exclusivo da SEED, que oferece formações, mas a quantidade de trabalho do docente permanece a mesma. Logo, a liberdade é meramente aparente, visto que os professores precisam cumprir o horário de aulas, atender aos alunos e aos pais de alunos pelo próprio celular e, quando em casa, utilizar o seu computador e a sua Internet para ministrar aulas.

4. Considerações finais

Primeiramente, é válido retomar as questões norteadoras deste artigo. São elas: quais foram as iniciativas tomadas pelo governo do estado do Paraná em relação à educação básica durante a pandemia ocasionada pela Covid-19, em 2020? Quais foram os impactos dessas iniciativas aos professores enquanto classe trabalhadora?

No que diz respeito à primeira pergunta, o que se analisou na educação pública paranaense, em um contexto pandêmico, foi a prevalência de uma gestão que contribui para a expansão do capital mundial, direcionando os recursos públicos para a iniciativa privada. Não se busca suscitar a democratização do acesso à educação diante de uma pandemia que exigiu o distanciamento social, mas o trabalho está em consonância com a dinâmica do mercado e com a própria reestruturação do capitalismo. Isso favoreceu a expansão das multinacionais e o aumento do trabalho morto, ao engessar, impor artifícios e controlar a prática docente de maneira ainda mais intensa.

O foco do setor privado na esfera pública, além do delineamento dos currículos, é o processo tecnológico, fato muito explícito no movimento atual. Verifica-se a hiperbólica destinação de recursos públicos, antes previstos para serem aplicados nas escolas públicas, para grandes empresas, especialmente àquelas que ofertam serviços nas plataformas

digitais. A produção de softwares, o armazenamento e a alimentação de dados caucionam esse processo e, no período pandêmico, com base nas discussões apresentadas, isso é mais evidente.

Já em relação aos impactos dessas iniciativas aos professores enquanto classe trabalhadora, são visíveis o engessamento do trabalho docente, o aumento da vigilância e o crescimento das imposições voltadas especialmente às adequações que o mundo tecnológico vive diariamente. São cada vez mais explícitos os deveres dos professores diante da globalização, mas cada vez menores os direitos que foram e aqueles que poderiam ser conquistados. Exemplos são as reivindicações feitas por melhores condições de trabalho e, mais especificamente, no Paraná, as lutas que se destinam a coibir o desmonte do plano de carreira de professores e professoras e o agravamento da situação dos servidores aposentados.

A educação pública caminha para a instrumentalização por meio de aplicativos. Os modos e os meios de execução já são predefinidos. Diante disso, conjectura-se um possível regresso ao tecnicismo, no qual a profissão docente será apenas a de transmitir o que está sendo planejado pela classe que não vive do trabalho, mas que dita como ele deve ser realizado.

Referências

- ALBA, Rogéria Pereira. **Mercantilização da educação no Brasil**: da proposta do Banco Mundial à incorporação nos Planos Nacionais de Educação. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.
- ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de *et al.* Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1287-1300, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020a.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- ALVES, Rafael. Tudo sobre o coronavírus - Covid-19: da origem à chegada ao Brasil. **Estado de Minas**, 17 mar. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/27/interna_nacional,1124795/tudo-sobre-o-coronavirus-covid-19-da-origem-a-chegada-ao-brasil.shtml. Acesso em: 1 jan. 2022.
- APP-SINDICATO. Nº 1223. **APP-Sindicato**, 24 fev. 2021a. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/no-1223/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

Políticas educacionais frente à pandemia deflagrada pela Covid-19 e as consequências aos docentes do Paraná

APP-SINDICATO. Nº 1226. **APP-Sindicato**, 17 mar. 2021b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/no-1226/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

BALMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BRANCO, Emerson Pereira et al. **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris, 2020.

BRODBECK, Pedro. Aulas da rede estadual de ensino do Paraná voltam gradualmente em modelo híbrido a partir de segunda-feira (10), diz Ratinho Junior. **G1**, 4 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2021/05/04/rede-estadual-de-ensino-do-parana-retorna-em-modelo-hibrido-das-aulas-gradualmente-a-partir-de-segunda-feira-10-diz-ratinho-junior.ghtml>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CERCA de 90 mil alunos da rede estadual do Paraná correm risco de evasão durante a pandemia, diz Seed. **O presente**, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/parana/cerca-de-90-mil-alunos-da-rede-estadual-do-parana-correm-risco-de-evasao-durante-pandemia-diz-seed/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CONHEÇA a Nova Escola. **Nova Escola**, [2022]. Disponível em: <https://novaescola.gupy.io/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CORONAVÍRUS: OMS declara pandemia. **BBC News**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>. Acesso em: 1 jan. 2022.

ESTADO lança Aula Paraná Turbo para aumentar interação e aprendizagem dos alunos. **Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Estado-lanca-Aula-Parana-Turbo-para-aumentar-interacao-e-aprendizagem-dos-alunos>. Acesso em: 1 jan. 2022.

EVANGELISTA, Olinda. **Almas em disputa: reconversão do docente pela ressignificação da educação**. Florianópolis: EED/CED/UFSC, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Yara. Fundação Lemann e os ataques à Educação Básica Pública em tempos de Covid-19. **Brasil de fato**, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/04/06/artigo-fundacao-lemann-e-os-ataques-a-educacao-basica-publica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 1 jan. 2022.

HODGES, Charles et al. Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia**, v. 2, 2020.

INVESTIMENTOS no ensino remoto e capacitações passam de R\$ 15 milhões. **Agência de Notícias do Paraná**, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Investimentos-no-ensino-remoto-e-capacitacoes-passam-de-R-15-milhoes>. Acesso em: 1 jan. 2022.

KOERNER, Andrei. Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 105, 2021.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli; HORN, Geraldo Balduino; REZENDE, Edson Teixeira de. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-24, 2020.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, pra onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A saúde dos trabalhadores de telemarketing e o trabalho online. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 374-387.

PARANÁ. **QEdu**, [2022]. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/116-parana/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 1 jan. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, 2009.

PINHEIRO, Lara. Brasil tem 30.484 mortes por Covid-19 em fevereiro, 2º maior número em toda a pandemia. **G1**, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/01/brasil-tem-30484-mortes-por-covid-19-em-fevereiro-2o-maior-numero-em-toda-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 1 jan. 2022.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novo neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, 2021.

QUEM é quem. **Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, [2022]. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/quem_quem. Acesso em: 1 jan. 2022.

REDAÇÃO Paraná. **Secretaria da Educação e do Esporte**, [2022]. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/redacao_parana. Acesso em: 1 jan. 2022.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, 2017.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 15-18.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SEED. **Resolução Seed nº 1.016 – 03/04/2020**. Curitiba: Secretaria da Educação e do Esporte, 2020. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=233564&indice=1&totalRegistros=3&dt=29.3.2020.20.14.22.797>. Acesso em: 1 jan. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 4, n. 11, 2020.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

TOSTES, Maiza Vaz *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018.

VOLTA às aulas Paraná: Governo investiu R\$ 5,9 milhões em equipamentos de segurança. **Paraná Portal**, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/politica/volta-as-aulas-parana-2021/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs, 2019.

Notas

ⁱ O termo foi cunhado por Shoshana Zuboff (2019) e tem designado os efeitos da difusão e da intensificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

ⁱⁱ É válido ressaltar que a denominação “ensino remoto” foi trazida pela SEED e há várias discussões voltadas à própria nomeação e às fragilidades desse tipo de ensino. No entanto, ambas não são o enfoque de nosso trabalho. Para que haja um aprofundamento sobre a temática, sugerimos a leitura de Souza e Miranda (2020) e Hodges *et al.* (2020).

ⁱⁱⁱ O estudo relacionou a sobrecarga do trabalho em várias turmas aos distúrbios psíquicos. Em 75% dos participantes, havia a presença de distúrbios psíquicos menores. 9,73% dos professores relataram alguma forma de adoecimento mental. 44,04% apresentaram sintomas depressivos, sendo 25,06% depressão leve (disforia) e 18,98% depressão moderada ou grave. Além disso, 29,89% apresentaram níveis mínimos de ansiedade.

^{iv} O trabalho observou a prevalência de distúrbios psíquicos entre os professores, especialmente nas mulheres que ministravam aulas em muitas turmas e tinham carga horária semanal elevada.

^v Dentre elas, destacamos as publicações nº 1223 e nº 1226, as quais foram feitas na “Página da Educação” (APP-SINDICATO, 2021a; 2021b).

Sobre os autores

Jani Alves da Silva Moreira

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Fez estágio de doutoramento sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Tem pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio pós-doutoral na Universidad de Salamanca. É professora associada do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3008-0887>. E-mail: professorajani@hotmail.com.

Cindy Mayumi Okamoto Luca

Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (UEM) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Neuroaprendizem pela Unicesumar e graduada em Letras-Português pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI-UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9916-941X>. E-mail: luacindy4@gmail.com.

Leandro Miranda Sincero

Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (UEM) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Educação Infantil pela Faculdade São Braz, Educação Especial com Ênfase em TGD/TEA e Psicomotricidade pelo Grupo Rhema Educação, e graduado em Serviço Social e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Apucarana). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI-UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1272-575X>. E-mail: lesincero@hotmail.com.

Recebido em: 28/06/2022

Aceito para publicação em: 30/12/2022